

## A obra Cinderela surda como ferramenta de inclusão em sala de aula

*The deaf Cinderella as tool for inclusion in the classroom*

Leila Saraiva Mota  
*Universidade Federal do Pará*  
Belém, Pará, Brasil

Karla da Conceição Ferreira  
*Universidade Federal do Pará*  
Belém, Pará, Brasil

**Resumo:** Este trabalho visa responder: como a obra Cinderela surda (2011) pode ser uma ferramenta promotora da inclusão de alunos surdos matriculados em uma turma regular do 4º ano? Essa questão se justifica pela capacidade da literatura de provocar reflexões a partir do texto, mas perceptíveis na realidade. Vale salientar o bilinguismo presente na referida obra, redigida em português e sign writing (LIBRAS na modalidade escrita). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base em obras de autores referenciados na área da literatura surda, voltados para o ensino de estudantes surdos, tais como a obra de Karnopp (2008). Cinderela surda faz referência a personalidades e acontecimentos históricos. O objetivo é promover a inclusão dos alunos surdos e a visibilidade das causas do povo e da comunidade surda. Para tanto, considerou-se que tais temáticas serão abordadas durante as aulas de língua portuguesa. Quanto aos resultados, espera-se que a leitura compartilhada gere empatia, curiosidade e conhecimento fundamentado.

**Palavras-chave:** Cinderela surda. Inclusão. Literatura surda

### **Abstract:**

This work aims to answer: how can the work Cinderela surda (2011) be a tool to promote the inclusion of deaf students enrolled in a regular 4th year class? This question is justified by the ability of literature to provoke reflections based on the text, but noticeable in reality. It is worth highlighting the bilingualism present in this work, written in Portuguese and sign writing (LIBRAS in written form). This is a bibliographical research, based on works by reference authors in the area of deaf literature, aimed at teaching deaf students, such as the work by Karnopp (2008), Cinderela surda, which makes reference to personalities and historical events. The objective is to promote the inclusion of deaf students and the visibility of the causes of the people and the deaf community. To this end, it was considered that such themes will be addressed during Portuguese language classes. As for the results, it is expected that shared reading generates empathy, curiosity and grounded knowledge.

**Keywords:** Deaf cinderella. Inclusion. Deaf literature.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos surdos em turmas regulares ainda atualmente se mostra desafiadora, infelizmente, é latente a carência de materiais, acessibilidade linguística, formações aos docentes e orientações a comunidade escolar acerca deste referido público. Em 2011, Carolina Hessel Silveira, Lodenir Becker Karnopp e Fabiano Souto Sousa,

publicaram a obra *Cinderela surda* (2011) pela editora da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Mediante a leitura do conto, foram identificados artefatos culturais do povo surdo: linguístico, familiar, experiência visual e vida social, todos passíveis de discussão, problematizando-se, em seguida: como a obra *Cinderela surda* (2011) pode ser uma ferramenta promotora da inclusão de alunos surdos matriculados em uma turma regular do 4º ano?

Tal problemática justifica-se pela capacidade da literatura de provocar reflexões a partir do texto e perceptíveis na realidade, neste caso, na realidade do povo surdo. Nesta feita, por se tratar da releitura de um conto de fadas enquadrado na categoria literatura surda, foi considerada a proposta da obra ser trabalhada pelo professor de língua portuguesa, em uma turma do quarto ano, enquanto instrumento de inclusão dos alunos surdos, tendo como objetivo principal: promover a inclusão dos alunos surdos e a visibilidade das causas do povo e da comunidade surda; secundariamente: desenvolver a habilidade da leitura em parceria com colegas, mediada pelo professor e, posteriormente, autônoma, de textos narrativos, priorizando o gênero conto, além de discutir os artefatos do povo surdo encontrados na obra.

A pesquisa está organizada, primeiramente, com a introdução, trazendo a indicação da problemática, a justificativa e os objetivos geral e específicos. A seguir, a seção metodologia apresenta o detalhamento sobre a abordagem da pesquisa e os procedimentos da coleta de dados; adiante, a seção de estado da arte traz a baila o histórico da educação de surdos, a fim de localizar o leitor no espaço-tempo da inclusão dos surdos, posteriormente, encontram-se elencadas quatro categorias, explanadas por meio de pesquisa bibliográfica em autores de referência na área dos estudos surdos e literatura surda: em Karnopp (2008) pauta-se o conceito de literatura surda e em Strobel (2008) são explanados os artefatos culturais do povo surdo; a última seção, de considerações finais, contém novas propostas de utilização da obra.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, em que foi empregada a técnica da revisão bibliográfica, sobre a qual Marconi e Lakatos (2003) asseveram que coloca o pesquisador diante de uma vasta gama de textos, possibilitando a compreensão do fenômeno estudado, proporcionando reflexões.

O presente estudo foi realizado a partir da leitura integral da obra, foram escolhidas quatro categorias baseadas nos artefatos culturais do povo surdo, a saber: linguístico, experiência visual, familiar e vida social, analisadas à luz das considerações de Strobel (2008).

Strobel (2018) afirma que a forma que o surdo visualiza o mundo se difere dos ouvintes, visto que sua forma de percebê-lo está intimamente ligada à sua forma de comunicação. Por exemplo, os termos “dia” e “noite” são desconhecidos por aqueles que não têm contato com a comunidade surda que vai o ajudar a entender como funciona esse sistema, então ele perceberá tal fenômeno como o momento que o sol nasce (hora de

levantar) e o momento em que ele adormece (hora de descansar), vejamos nas palavras de Strobel (2018, p. 29):

A Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas” e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

A experiência visual faz parte dos artefatos da cultura surda e é uma forma de expressão e de compreensão dos surdos em relação ao mundo. Os surdos, por não terem acesso às informações através do som, compreendem o mundo através de seus olhos e de tudo o que acontece ao redor deles, pois a língua de sinais é uma língua visual sinalizada. (Strobel, 2018).

Conforme Triviños (1987) a pesquisa descritiva requer do pesquisador uma gama de informações sobre o estudo que deseja pesquisar. Normalmente esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever acontecimentos ou determinados eventos conforme o contexto a ser investigado (Triviños, 1987). São exemplos de pesquisa descritiva estudos de caso, análise documental e pesquisa ex-post-facto. Diante disso para Silva (2006, P.01) As características da pesquisa qualitativa;

As características da pesquisa qualitativa são peculiares: há imersão do pesquisador nas Circunstâncias e no contexto da pesquisa, o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

É importante destacar que o pesquisador durante o processo do estudo deve seguir cada etapa para que o resultado seja obtido com êxito.

### 3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Seguindo a linha do tempo proposta por Strobel (2009), a primeira fase da história da educação dos surdos iniciou na idade antiga (período da escrita a 475 d.C.), constando no livro de Marcos 7:31-37, na bíblia sagrada, a narrativa em que Jesus põe os dedos no ouvido e cospe, tocando a língua de um homem surdo que falava com dificuldade. Após Jesus olhar para o céu e pronunciar a palavra Efatá: abre-te, o homem passa a ouvir e falar perfeitamente.

Em Roma, acreditava-se que os surdos eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, cabendo a estes a eliminação física, quando jogavam as crianças no rio Tíger, caso sobrevivessem ou fossem escondidas pelos pais (situação rara), restava-lhes a escravidão, condenadas a viver trancadas no moinho de trigo. Na Grécia, os surdos tinham destinos similares, eram considerados inválidos e incômodos à sociedade, portanto, condenados à

morte – lançados do topo de um rochedo – cabendo aos sobreviventes a escravidão ou abandono. Em contrapartida, Strobel (2009) afirma que, no Egito e na Pérsia, consideravam os surdos criaturas privilegiadas, as quais se comunicavam em segredo com os deuses, apesar do respeito social, os surdos não eram educados e tinham a vida inativa.

O filósofo Aristóteles (355 a. C.) dizia que a fala é um reflexo do pensamento, logo, em virtude de não ouvirem, os surdos não falavam, não possuíam linguagem e nem tampouco pensamento. Para ele, havia a possibilidade deste referido grupo sequer ser considerado humano pela mesma razão: a não utilização da língua oral (Moura, 2000). É válido mencionar que o termo surdo-mudo relaciona-se a este pensamento, entretanto, sabe-se que a privação auditiva não é proporcional às doenças e empecilhos para o funcionamento do aparelho fonador, ou seja, muitos surdos, se acompanhados por um profissional fonoaudiólogo, podem desenvolver a fala oral. Além disto, a Língua Brasileira de Sinais - Libras é a língua oficial das comunidades surdas brasileiras (Brasil, 2002) – não cabendo aos surdos o rótulo de mudos.

Na idade média (416-1453), período de ascensão da igreja católica, os surdos eram privados da comunhão – pois não conseguiam confessar os próprios pecados – havia decretos impeditivos ao casamento entre duas pessoas surdas; exceto se autorizado pelo papa, além disto, eles eram proibidos de votar e receber heranças; ou seja, praticamente, extinguidos os direitos de cidadãos.

O período da idade moderna (1453- 1789) apresenta importante marco histórico com ênfase na educação de surdos: em 1500, Girolamo Cardano, médico e filósofo, afirmava que a surdez e o não desenvolvimento da fala oralizada não eram fatores impeditivos ao desenvolvimento da aprendizagem dos surdos; para Girolamo, eles não deveriam ser excluídos dos processos educativos, a combinação sinais e escrita era o melhor método de ensino.

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, fundou a primeira escola para surdos em um monastério de Valladolid, inicialmente ele usava a datilografia<sup>1</sup>, a escrita e a oralização como métodos. Mais tarde, criou a primeira escola para professores de surdos. Entretanto, não publicou livros, e seu método foi esquecido. Vale considerar que os surdos que conseguiam falar passavam a ter o direito a receber heranças.

Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) obteve sucesso ao treinar um surdo, membro de uma importante família da alta sociedade, por meio de sinais, treinamento da fala e uso de alfabeto datilológico. O sucesso foi considerável ao ponto de Pablo Bonet ser nomeado como Marquês de Frenzo pelo rei Henrique IV. Ele publicou o seu primeiro livro *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos* em 1620, em Madri, na Espanha; obra voltada ao ensino de métodos de oralização, o professor propunha o ensino precoce do alfabeto manual aos surdos.

Na França, o abade Charles Michel de L'Épée fundou a primeira escola pública para os surdos, o “Instituto para jovens surdos e mudos de Paris” – existente até os dias atuais – treinou muitos professores de surdos e publicou sobre o próprio modo de ensinar.

---

<sup>1</sup> Soleturação sinalizada do alfabeto manual.

Ele criou uma combinação da língua de sinais e da gramática francesa sinalizada, nomeando-a ‘sinais metódicos’: “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos”, o abade colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado pelo Pablo Bonnet e esta obra foi mais tarde completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard” (Strobel, 2009, p. 22). Embora tivesse resultados positivos, o trabalho do abade fora muito criticado, sobretudo por professores adeptos do método da oralização, entre eles, Samuel Heinicke, o qual fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig (Alemanha). O abade morreu em 1789, na ocasião já havia fundado 21 escolas para surdos na Europa e na França.

Em 1814, o reverendo Thomas Hopkins Gaulladet (1787-1851), enquanto observava crianças brincando em seu jardim, notou que a pequena Alice Gogswell, por ser surda, não participava das brincadeiras e sofria rejeição por parte das demais crianças. Motivado pela falta de inclusão e triste por ainda não haver escolas de surdos nos Estados Unidos, acolhedoras de tal público, o reverendo tentou ensinar Alice pessoalmente, aproximando-se do Dr. Masson Fitch Gogswell, pai da menina e, juntos, pensaram na possibilidade de criarem uma escola para surdos.

Movido pela vontade de prosseguir com o trabalho voltado à educação de surdos, Thomas Gallaudet viaja à Europa objetivando aprender métodos de educação de surdos. Na Inglaterra, conheceu o trabalho realizado por Braidwood<sup>2</sup> na *Watson's Asylum*, escola oralista. Porém, recusaram-se a expor a metodologia adotada. Partiu, então, a França, onde foi muito bem acolhido e teve acesso ao método de ensino utilizado pelo abade Sicard<sup>3</sup>.

Durante regresso aos Estados Unidos, Gallaudet trouxe o professor surdo Laurent Clerc, aluno destaque do Instituto Nacional para surdos mudos de Paris. Clerc ensinou a língua de sinais a Gaulladet e este lhe ensinou a língua inglesa durante os 52 dias de travessia. Como resultado desta parceria, ocorreu a fundação da primeira escola de surdos dos Estados Unidos “Asilo de Connecticut para Educação e Ensino de pessoas Surdas e Mudas” (Strobel, 2009, p. 24) e o sucesso foi imediato. A esta altura, outras escolas voltadas à mesma finalidade foram inauguradas, ressaltando-se que havia muitos professores de surdos fluentes em língua de sinais e professores surdos.

A convite do imperador Dom Pedro II, o professor surdo Eduardo Huet chega ao Brasil em 1855, ambicionando abrir uma escola para surdos no país. Em 1857 foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, localizado no Rio de Janeiro, bairro das Laranjeiras. Posteriormente, mediante o decreto imperial, a Lei nº 3.198, de 6 de julho, a instituição passou a ser chamada de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, nome que permanece até os dias atuais. No contexto escolar desta instituição surgiu a Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS-, oriunda do hibridismo entre a língua francesa de

---

<sup>2</sup> Em 1760 “Thomas Braidwood abre a primeira escola para surdos na Inglaterra, ele ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial” (Strobel, 2009, p. 22).

<sup>3</sup> Após a morte de Charles Michel de L’Epée, deu prosseguimento aos trabalhos voltados a educação de surdos, aperfeiçoando o método de L’Epée: “O abade Sicard não era um conhecedor fluente da língua dos surdos, sabia alguns sinais, ou gestos metódicos, e a datilologia. Os exercícios mensais que promovia abarcavam o público externo e reuniam pessoas reconhecidas na sociedade e de outros países. A sala em que atuava contava com vários equipamentos” (Sofiato; Carvalho; Coelho, 2021, p. 8).

sinais e os sistemas linguísticos usados por surdos de várias regiões do Brasil. Em 1864, em Washington, Estados Unidos, foi fundada por Thomas Gallaudet<sup>4</sup> a Universidade Gallaudet, primeira universidade para surdos.

Foi realizado em 1880 o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em Milão, Itália. Por meio de votação, ficou decidido que o oralismo seria o melhor método para educação de surdos, logo, a utilização das línguas de sinais foi oficialmente proibida nas escolas de educação de surdos, sob a alegação de que sinalizar tornava os surdos preguiçosos, lhes poupando esforços para desenvolverem a fala oral.

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro (a maioria já havia empenhado muito antes de congresso em fazer prevalecer o método oral puro no ensino dos surdos). Na ocasião de votação na assembleia geral realizada no congresso todos os professores surdos foram negados o direito de votar e excluídos, dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas 5 dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. (Strobel, 2009, p. 26).

Vale ressaltar que esta dualidade sobre o melhor método de educação de surdos privilegia dois modelos: o clínico-terapêutico e o socioantropológico. Quanto ao primeiro modelo, as palavras-chave são diagnóstico e reabilitação, no sentido de que, a partir do diagnóstico, deve-se buscar a reabilitação para reparar o dano. Para os defensores deste modelo, a surdez é uma doença que deve ser “curada” com o uso de aparelhos auditivos, estimulação da fala por um profissional fonoaudiólogo e treinamento para realização da leitura labial. Tal visão centra-se na dicotomia normalidade x anormalidade (Skliar *et al.*, 1995), na qual a surdez é considerada um desvio da normalidade, portanto, deve ser corrigida. Logo, este modelo incide na educação na perspectiva oralista.

O segundo modelo tem como palavras-chave diferença cultural e minoria linguística, visto que muitos surdos não se consideram deficientes, e, sim, participantes de uma cultura diferente (pautada na visualidade) e uma minoria linguística. Na educação, este modelo prevê o bilinguismo como melhor método para educação de surdos: os surdos aprendem a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua escrita do país na modalidade escrita como segunda língua (L2). Este novo método respeita a diversidade dos surdos, ao passo que este grupo, ao ser alfabetizado com a segunda língua na modalidade escrita do idioma oficial do país, não deixa de participar das vivências sociais diárias, pois torna-se capaz de redigir redações, concorrer a vagas em concursos, cargos de trabalho mais elevados, entre outros.

Em 1960, o linguista William Stokoe publicou a obra “*Language Structure: an Outline of the Visual Communication System of the American Deaf*” na qual afirma que a Língua de Sinais Americana – ASL é uma língua natural. Esta obra é considerada um marco nos estudos linguísticos das línguas de sinais, pois nela Stokoe demonstrou que cada sinal continha: “Pelo menos três partes independentes (em analogia com os fonemas da fala) – a localização, a configuração de mãos e o movimento – e que cada parte possuía um número limitado de combinações.” (Quadros; Karnopp, 2004, p. 30-31).

---

<sup>4</sup> Filho de Edward Gallaudet.

A FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos foi criada em 1977, tendo em sua composição apenas pessoas ouvintes e dedicadas às problemáticas da surdez. Após dez anos, em 1987 houve uma reestruturação na FENEIDA, passando a ser chamada FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro; em 1993 a federação conquistou sua sede própria. Em 1994 foi fundada a CBDS – Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, em São Paulo.

Lucinda Ferreira Brito, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, liderava o primeiro grupo de estudos linguísticos da Libras em 1980. Ela foi a primeira linguista no Brasil dedicada aos estudos da Libras, não obstante, publicou em 1995 a primeira edição do livro *Por uma gramática de língua de sinais*, obra em que realizou um trabalho similar ao de Stokoe. Apesar do tempo decorrido, até os dias atuais a obra é considerada leitura fundamental para aqueles que se interessam em conhecer a estrutura linguística da Libras.

O ano de 2002 contém marcos significativos na história da educação de surdos, pois em 24 de abril houve a criação da lei nº 10.436, mais conhecida como lei da Libras:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002, p.01).

Apesar do ganho significativo para a comunidade surda a partir desta lei, faz-se necessário desmistificar a informação amplamente divulgada de que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil, pois, caso fosse verídica, todos os comunicados oficiais seriam acessíveis em Libras, bem como a presença de tradutores-intérpretes já seria uma realidade no país.

Em 22 de dezembro de 2006 foi publicado o decreto nº 5.626, o qual regulamenta a lei nº 10.436/2002, contemplando aspectos não discutidos nela, além de tratar sobre a formação do professor de Libras e a formação do tradutor intérprete de Libras/ língua portuguesa.

Após anos de intensa luta, em 2021 houve a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB por meio da lei nº 14.191, de 03 de agosto. Esta lei dispõe sobre a modalidade da educação bilíngue de surdos.

Mediante a explanação do histórico da educação de surdos, ficou evidente o longo processo de significações e ressignificações sobre o que significa ‘ser surdo’. Conforme já mencionado, ora os surdos eram vistos como incapazes, ora como pessoas que conversavam diretamente com deuses, ora foram educados com base nos sinais e no alfabeto datilológico, ora tiveram a oralização como método obrigatório de sua própria educação até finalmente terem sua cultura– tópico discutido adiante- respeitada e reconhecida politicamente e socialmente.

A conceituação de ‘cultura’ perpassa um aspecto amplo, voltado ao social:

[...] sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados. (Hall, 2003, p. 142).

Ou seja, o conceito de cultura revela que grupos determinados fundam suas questões intrínsecas com base em elos comuns, a exemplo de itinerário histórico, crenças e costumes. Tais elos respondem aos questionamentos sobre os valores e a existência que os diferenciam de outros grupos. No caso dos surdos, elementos como a exclusão social, falta de acessibilidade linguística e ausência de métodos e materiais de ensino adequados constituem alguns elos.

É necessário evidenciar distinções entre surdos e ouvintes, embora, segundo a constituição federal, todos são sujeitos de direitos, no que concerne a experiência de percepção do mundo, tais grupos se diferenciam, pois: os ouvintes apreendem o mundo, as situações e vivências por meio da audição – vozes, músicas, sons ambientes, ruídos –; os surdos, entretanto, se valem consideravelmente da visão. Não é por acaso que Strobel (2008) ilustra a contraposição na percepção do latido de um cachorro: os surdos compreendem por meio do visual, o movimento da boca do cachorro e a expressividade corporal-facial denunciam o ato; ao passo que o outro grupo rapidamente ouve.

Além desta diferença latente entre surdos e ouvintes pautada nos sentidos, Strobel (2009, p. 06) assevera a importância de se compreender o conceito *povo surdo*, “tratando-se do grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencente às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”. Ou seja, compreendendo apenas os sujeitos enquadrados em tal condição.

E, também, o conceito de *comunidade surda*:

[...] não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização que podem ser as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (Strobel, 2009, p. 06).

Os ouvintes podem (e devem) ser apoiadores da causa surda, jamais, porém, compreenderão o mundo semelhantemente a uma pessoa privada do sentido da audição.

De acordo com Strobel (2008, p. 37), alguns elementos constituem o que ela nomeia *artefatos culturais do povo surdo*; ela explica que “os artefatos ilustram uma cultura”. Ora, é comum relacionar artefatos culturais de um povo à matéria, como utensílios, adornos, adereços ou sociais, como costumes e modos. No entanto, a autora propõe um novo ponto de vista baseado nas peculiaridades do povo surdo: “atitudes do ser surdo, de ver, de perceber e de modificar o mundo” (Strobel, 2008, p.38). São eles: experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais.

Todos os artefatos são importantes e denotam a complexidade cultural do povo surdo, porém, como fim de verticalização desta proposta de pesquisa, a ênfase recairá - neste primeiro momento – na literatura surda. Sobre esta, Strobel (2008, p. 02) assevera

que “se manifesta nas histórias contadas em sinais”; entretanto, não se trata apenas de narrar histórias em línguas de sinais; o conteúdo delas apresenta aspectos da cultura surda.

A autora Karnopp (2008) traz a discussão o contexto histórico e político a respeito da literatura surda, afinal, se tais aspectos culturais do povo surdo são temáticas centrais das narrativas, por muito tempo houve a invisibilidade da memória deste grupo por conta do itinerário da educação de surdos, crenças, ausência de políticas linguísticas, entre outros. No período do oralismo, ainda que privados do uso de sinais, possivelmente, os surdos não deixaram de criar suas próprias narrativas, ainda que, as escondidas, interagissem contando histórias e piadas. Atualmente, além do avanço tecnológico das câmeras de celulares, plataformas digitais e redes sociais, as histórias podem ser traduzidas para *sign writing*, correspondendo à escrita da língua de sinais.

A literatura surda é um amplo campo de estudo, uma vez que respeita as particularidades do povo surdo, não o coloca em situação de dicotomia com o grupo ouvinte, é reveladora da memória, dos costumes e da cultura surda. É desveladora dos elos que constituem o que significa o ‘ser surdo’: “A cultura surda não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é seu revés. Não é uma cultura patológica” (SKLIAR, 1998, p. 28). Ou seja, ocupa-se, também, em relatar os desafios e o cotidiano dos surdos.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste na obra literária *Cinderela surda*, publicada em 2011 pela editora da Universidade Luterana do Brasil -ULBRA; tem como autores Carolina Hessel Silveira, Lodenir Becker Karnopp e Fabiano Souto Sousa – todos professores pesquisadores da área da surdez –.

Conforme indicado no texto de apresentação da obra, esta outra versão da famosa história da Cinderela foi recontada pelo povo surdo: “Cinderela é uma jovem surda que convive com a madrasta e as irmãs, que sabem pouco a língua de sinais. O encontro com o príncipe é surpreendente, pois ele é surdo e comunica-se com Cinderela em sinais.” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p. 07). Além do conteúdo diferenciado, a obra contém imagens, texto em português e em *sign writing*, sendo, portanto, bilíngue, acessível às pessoas surdas e ouvintes.

A pesquisa se propõe a responder: como a obra *Cinderela surda* (2011) pode ser uma ferramenta promotora da inclusão de alunos surdos matriculados em uma turma regular do 4º ano? a partir da leitura integral mediada pelo professor, em que serão elencados tópicos para discussão, tem-se o seguinte objetivo principal: promover a inclusão dos alunos surdos e a visibilidade das causas do povo e da comunidade surda e, secundariamente: desenvolver a habilidade da leitura em parceria com colegas, mediada pelo professor e, posteriormente, autônoma, de textos narrativos, priorizando o gênero conto, além de discutir os artefatos do povo surdo encontrados na obra.

Antes de realizar a leitura integral da obra, o professor de língua portuguesa poderá fazer a contação da história da educação de surdos de maneira didática, situando os alunos no plano histórico e geográfico. Sugere-se que tal obra seja lida e explanada durante as aulas no mês de setembro, haja vista que é amistosamente nomeado ‘setembro azul’ ou mês do surdo, pois ele contém diferentes datas aludindo às vitórias da comunidade surda: 23/09 – dia mundial das línguas de sinais, 26/09 – dia nacional do surdo, 30/09 – dia internacional dos surdos e dia do tradutor/intérprete.

Para tanto, considerou-se a possibilidade de as temáticas serem abordadas durante as aulas de língua portuguesa a fim de que, conforme a prevê a Base Comum Curricular-BNCC, os alunos desenvolvam a habilidade EF15LP16: Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos (populares, de fadas, acumulativos, de assombração etc.) e crônicas. Nesta habilidade, a prática de linguagem é a leitura/escuta (compartilhada e autônoma), e o objeto de conhecimento trata-se da leitura colaborativa e autônoma.

É relevante informar que a pesquisa não está pautada em um relato ocorrido em sala de aula, e sim na explanação de tópicos de discussão com que um professor de língua portuguesa pode dialogar com os seus alunos da turma do 4º ano ao utilizar a obra como ferramenta de inclusão dos alunos surdos. Considerou-se que a prática da leitura compartilhada geraria empatia, curiosidade e conhecimento fundamentado.

Quanto ao gênero literário, *Cinderela surda* (2011) é considerado conto, apresentando uma narrativa episódica e sintética que consegue capturar o contexto pensado pelo autor, em vista de concentrar a atenção do leitor.

Os temas de discussão foram organizados em categorias de análise baseadas nos artefatos culturais do povo surdo. Eles encontram-se dispostos no quadro 01, vejamos:

Quadro 01

<b>Artefatos culturais</b>	
Linguístico – Aprendizado da língua de sinais	“A Cinderela e o príncipe são surdos e aprenderam a língua de sinais francesa quando ainda eram crianças” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.06).
Localização geográfica e Personalidades famosas	“Cinderela era filha de nobres franceses e aprendeu a Língua de Sinais Francesa com a comunidade de surdos nas ruas de Paris. “O rei e a rainha contrataram o mestre Le Epeé para ensinar a Língua de Sinais Francesa ao príncipe herdeiro do trono” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.08).
Familiar – Família ouvinte	“Cinderela limpava e cozinhava, mas a madrasta e as irmãs nunca estavam satisfeitas. A comunicação entre elas era difícil, pois a madrasta e as irmãs só faziam poucos sinais.” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.12).
Experiência visual - Comunicação Acessível	“[...] Cinderela ficou triste, chorando”. De repente, SURPRESA! Apareceu uma fada atrás de Cinderela! - NÃO CHORE, QUERIDA, SOU UMA FADA E QUERO AJUDÁ-LA. VOCÊ VAI AO BAILE COM ROUPA BONITA, COM LUVAS ROSAS, EM UMA LINDA CARRUAGEM COM CONDUTOR – Disse a fada, em sinais, para a Cinderela (SILVEIRA; KARNOPP e ROSA, 2011, p.18). “[...] E a fada sinalizou: - ATENÇÃO: À MEIA-NOITE VOCÊ DEVERÁ VOLTAR PARA CASA, POIS NESTA HORA A MÁGICA ACABARÁ! AGORA VÁ E DIVIRTA-SE BASTANTE!” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.20).
Vida social – Modos e costumes	“[...] O príncipe foi ao encontro de Cinderela. Estendeu-lhe a mão, convidando-a para dançar. Cinderela sinalizou: - SOU SURDA! E o príncipe, surpreso, respondeu, em sinais: - EU TAMBÉM SOU SURDO!” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.22).

	<p>“Os ponteiros do relógio se juntaram, marcando meia-noite”. Desesperada, Cinderela correu para a carruagem. - ESPERE, ESPERE! AQUI ESTÁ A SUA LUVAS! – Sinalizou o príncipe.” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.26). “O príncipe e Cinderela casaram e foram felizes por muitos anos.” (Silveira; Karnopp e Rosa, 2011, p.32).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na presente análise, o primeiro tópico de discussão é o artefato linguístico: vejamos na Figura 01.

Figura: 01



Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

Strobel (2008, p.44) afirma que a “língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo [...] é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos”. Diante da singularidade de privação auditiva, os surdos, por meio da língua, manifestam a aguçada visão que costumam possuir. A língua, portanto, além de ser um meio de comunicação, é, também, uma afirmação de identidade.

A obra considera o aspecto histórico geográfico da educação de surdos, uma vez afirmado ao leitor que a Cinderela e o príncipe aprenderam a língua de sinais francesa quando ainda eram crianças. Ora, de acordo com a trajetória anteriormente explicada, a França é o palco da língua de sinais, lugar de ênfase no trabalho dos primeiros educadores de surdos e dos primeiros registros de língua de sinais no mundo.

Assim, o professor pode dialogar com os alunos sobre a relevância do território francês para a educação de surdos e, também, tecer comentários sobre o fato das línguas de sinais não serem universais, cada nacionalidade tem a sua própria língua de sinais; assim como cada país tem a sua língua oral.

No caso do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, foi influenciada pela língua de sinais francesa. Quando o professor surdo Eduard Huet fundou e passou a ministrar aulas no Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857 “foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de

várias regiões do Brasil, a LIBRAS” (Strobel, 2009, p. 25). Este fato explica a semelhança entre sinais de ambas as línguas.

Entretanto, apesar dos surdos se comunicarem por meio da LIBRAS, esta fora oficializada somente em 24 de abril de 2022 pela lei nº 10.436: “Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”. Além do reconhecimento, em seu parágrafo único, esta mesma lei explica o que é a LIBRAS:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Ou seja, assegura a singularidade espaço-visual desta língua. Há considerações quanto ao apoio, uso e difusão da língua, à inclusão desta como disciplina obrigatória nos cursos de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério. Outro parágrafo único que chama a atenção assevera que a LIBRAS “não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Logo, os surdos necessitam do aprendizado das duas línguas, o que os faz transitar em ambas as culturas.

Outro aspecto importante a ser comentado é o aprendizado da língua de sinais pelos personagens no período correto de desenvolvimento. Tal fato contrasta significativamente com o que se percebe na realidade, pois grande parte das crianças surdas passam pelo processo de aquisição da língua de sinais tardiamente, excetuando-se aquelas nas quais a família é comprometida com o desenvolvimento da criança ou são filhas de pais surdos fluentes em línguas de sinais.

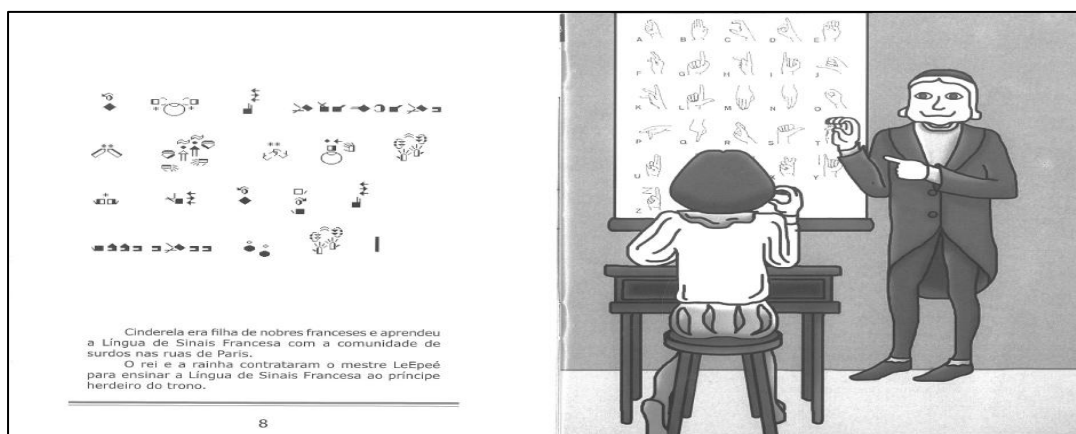
Sobre este assunto, Strobel (2008) explana que os bebês surdos e os bebês ouvintes são semelhantes quanto à linguagem até os primeiros seis meses de idade, a partir de então, tem início a fase de balbúcio. Nesta, os bebês ouvintes, estimulados pelos sons externos, os percebem e tentam desenvolver comunicação, também, por meio de sons; ao contrário, os bebês surdos não são capazes da mesma percepção, não emitem as primeiras “palavras”. Quanto mais tempo a família demorar para detectar a surdez ou perda auditiva, mais a criança demorará a desenvolver a linguagem, podendo ocasionar atrasos e dificuldades no acesso às informações e conhecimento.

Contudo, quando o bebê nasce em um lar onde um dos pais é surdo, ou ambos, e fluentes em LIBRAS, a estimulação acontecerá de maneira natural, haja vista que o par adulto tem a compreensão da situação:

Pelas pesquisas já feitas nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, comprovaram que as crianças surdas de pais surdos se saem melhor no desenvolvimento da linguagem que as outras crianças surdas de pais ouvintes. Pois as mesmas não apresentam os problemas da defasagem de linguagem porque os pais surdos já estão se “comunicando” em língua de sinais com os filhos surdos o mais precocemente possível, esclarecendo todas as suas curiosidades naturais. (Strobel, 2008, p. 45)

O professor pode traçar um paralelo, instigando os alunos sobre a importância do aprendizado da língua materna, os motivos pelos quais é necessário aprender a língua do país de origem, assim como fomentar a curiosidade e o interesse dos educandos contando histórias do passado, quando ele mesmo estava em processo de aquisição da língua portuguesa, vejamos a figura 02.

Figura: 02



Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

Em *Cinderela surda* (2011, p. 08), é relatado que Cinderela, apesar de ser filha de nobres, aprendeu a língua de sinais nas ruas de Paris com a comunidade surda. Tal trecho entrega a oportunidade de pensar sobre a importância dos pares no processo de aquisição da linguagem, pois, segundo Moura, Lodi e Harrisson (apud Lacerda):

[...] a criança (no contato com modelos surdos adultos) não apenas terá assegurada a aquisição e desenvolvimento da linguagem, como (também) a integração de um autoconceito positivo. Ela terá a possibilidade de desenvolver sua identidade como uma representação de integridade, não como a de falta ou de deficiência [...] podendo se perceber como capaz e passível de vir a ser. Ela não terá de ir atrás de uma identidade que ela nunca consegue alcançar: a de ouvinte. (2000, p. 68)

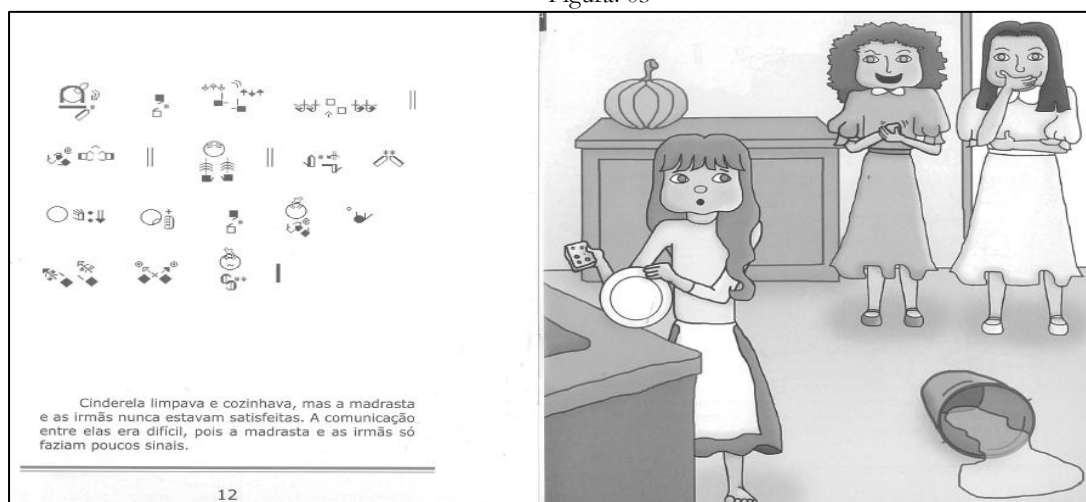
Para além disso, é possível que o professor considere retomar o contexto histórico com os alunos, valendo-se de perguntas e reflexões quanto à atuação dos professores surdos, o público surdo contemplado com as aulas e a função que tinha a educação de surdos – voltada às questões financeiras e recebimento de herança – haja vista que somente os surdos filhos de nobres tinham acesso à educação por meio de professores contratados para este fim. Tal contexto encaixa-se na realidade do príncipe em *Cinderela surda* (2011); ele herdaria o trono e necessitava dar prosseguimento ao legado familiar.

Uma vez trazidas à tona as reflexões acima, pode-se contrastar com a atualidade: na opinião da turma, qual a função do professor nos dias atuais? Logo, o docente recolherá informações pertencentes ao imaginário e às representações sociais dos alunos da turma,

tornando viável uma discussão sobre respeito, valores, aprendizagem, empatia, entre outros.

O segundo tópico de discussão é a família:

Figura: 03



Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

Sobre este artefato, Strobel (2008) indica que, ao saberem que estão aguardando a chegada de um bebê, os futuros pais fazem planos inúmeros quanto à educação e desenvolvimento da criança; no entanto, muitos ouvintes, ao descobrirem a surdez do filho, ficam em situação de choque.

Tal ocorrência, quando vivenciada por um casal surdo, não impacta estranheza e/ou dúvidas correntes, pois ambos encontram-se imersos na realidade do filho que aguardam nascer, compreendem o imaginário de uma criança surda em desenvolvimento, os questionamentos, as dificuldades, as estratégias de aprendizagem, entre outras. É perceptível no excerto acima da obra *Cinderela surda* (2011) a dificuldade na comunicação que a protagonista enfrenta com seus familiares, por conta da barreira linguística.

A pesquisadora Strobel (2008) explana que os bebês surdos e os bebês ouvintes são semelhantes quanto à linguagem até os primeiros seis meses de idade, a partir de então, tem início a fase de balbúcio. Nesta, os bebês ouvintes, estimulados pelos sons externos, os percebem e tentam desenvolver comunicação, também, por meio de sons; ao contrário, o bebê surdo não é capaz da mesma percepção, logo, não emite as primeiras “palavras”. Quanto mais tempo a família demorar para detectar a surdez ou perda auditiva, mais a criança demorará a desenvolver a linguagem, podendo ocasionar atrasos e dificuldade no acesso às informações e ao conhecimento.

Contudo, quando o bebê nasce em um lar onde um dos pais é surdo, ou ambos, e fluentes em LIBRAS, a estimulação acontecerá de maneira natural, haja vista que o par adulto tem compreensão da situação e, muitas vezes, sabe lidar.

O professor poderá fomentar a conversa sobre a importância do diálogo no contexto familiar, incentivando que os alunos compreendam que a família tem significativa função no processo de aquisição da linguagem e transmissão de valores. Além

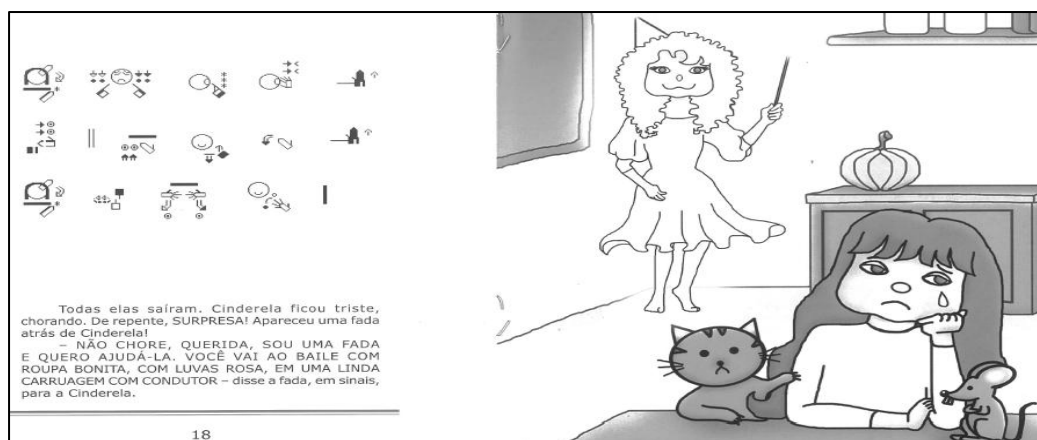
disso, pode trazer à baila o tópico de desconstrução do preconceito contra pessoas deficientes, uma vez dizendo e explicando que este grupo não deve ser visto como incapaz nem tampouco como super-heróis, perpassando pela explanação de que todos têm direito à educação, à vida digna, à alimentação, à moradia e à segurança.

Uma possível estratégia para ilustrar a situação do nascimento de uma criança surda em uma família ouvinte seria convidar membros da família do aluno surdo para que relatem à turma o processo de descoberta da surdez e as etapas do desenvolvimento deste aluno e as estratégias para a efetiva comunicação.

Uma segunda estratégia, desta vez, lúdica, poderá ser executada pelo professor ao simular um mundo dominado pelos surdos, onde as línguas de sinais seriam as primeiras línguas e, ao invés de novelas com falas oralizadas, os atores sinalizariam, no lugar de outdoor com mensagens escritas em uma língua oral, sinais escritos estariam estampados certamente os exemplos provocariam a imaginação dos alunos, que conseguiriam pensar em realidades distintas as suas e já existentes em algumas famílias.

O terceiro tópico de discussão é sobre a experiência visual:

Figura: 04



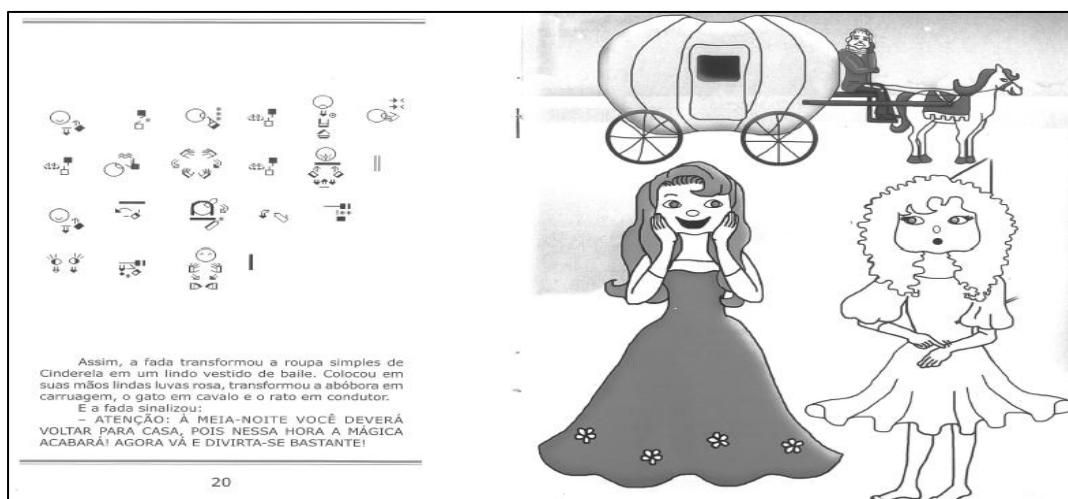
Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

A obra *Cinderela surda* (2011) estabelece um contraste entre a família ouvinte de Cinderela (a qual não possui fluência em LIBRAS) e a fada madrinha, a qual dialoga com a protagonista por meio da língua natural da garota. Ora, não se trata de apresentar uma relação maniqueísta ao se discutir estas distinções, mas, sim, explicar a experiência visual enquanto mais um dos artefatos do povo surdo.

Para a pesquisadora Strobel (2008, p. 39) “estas percepções visuais abrangem, através de expressões faciais e corporais, as atitudes e os seres vivos e os objetos em diversas circunstâncias”, ela traz à tona o sentido da visão, para os surdos, como substituto à audição, de tal modo que eles leem o ambiente por meio do que veem. No caso da obra, porém, é válido salientar que esta mesma percepção visual aguçada também é observada na rara ocorrência de pessoas surdas atuando como professores e em demais profissões, assim como a maioria ouvinte não dominadora (por vezes, não conhecedora) da LIBRAS.

Para Strobel (2008, p. 40) “é complexo para estas crianças que não têm acesso às informações rotineiras pela barreira da comunicação”. Neste caso, Cinderela sentiu-se acolhida pela fada madrinha, ente que a compreende e dialoga em sua língua natural, promovendo acessibilidade à mensagem. O professor poderá incentivar que a turma visualize o tradutor-intérprete de LIBRAS em sala de aula, valorizando-o, enaltecendo a habilidade comunicativa do profissional responsável por traduzir e interpretar as aulas, palestras e demais situações escolares.

Figura: 05



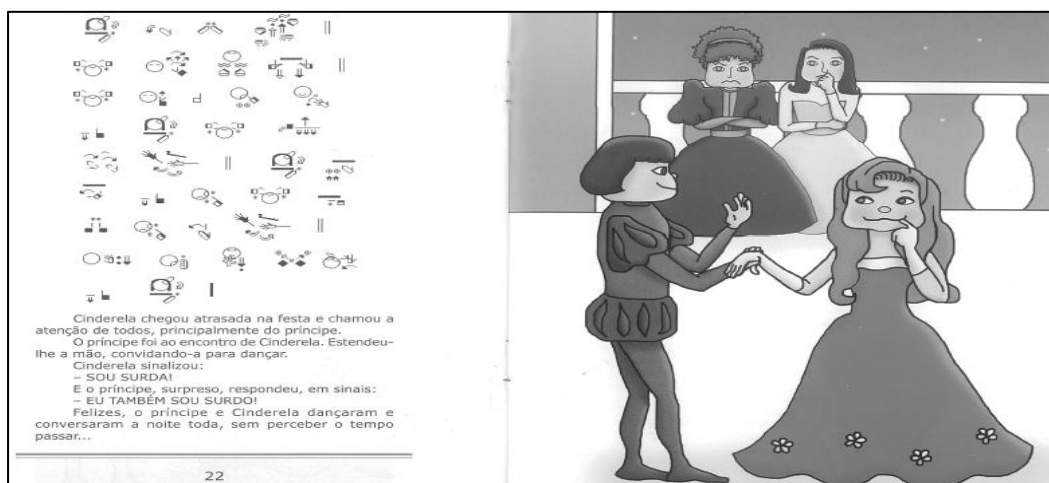
Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

É válida, também, a reflexão sobre o motivo de não estudarem LIBRAS e, portanto, o incentivo ao aprendizado. Em aulas posteriores, pode-se acordar com o aluno surdo e o tradutor-intérprete que ensinem alguns sinais e diálogos à turma, momentos nos quais o aluno surdo será protagonista do ensino de sua língua.

O quarto tópico de discussão é a vida social:

Quanto a este artefato, Strobel (2008, p. 61) assevera: “são acontecimentos culturais, tais como casamentos entre os surdos, festas, lazeres e atividades nas associações de surdos, eventos esportivos e outros.”. No Brasil já existem escolas utilizadoras da filosofia bilíngue, como é o caso do Instituto Filippo Smaldone, voltado à educação infantil de surdos e ouvintes, tem polos em diferentes estados e em outros países. É bastante comum que os vínculos entre os surdos permaneçam, seja por motivo de terem se conhecido, ainda crianças, nas escolas, nas associações de surdos e por meio de amigos surdos. Esta interação entre surdos provoca afirmação cultural e identitária.

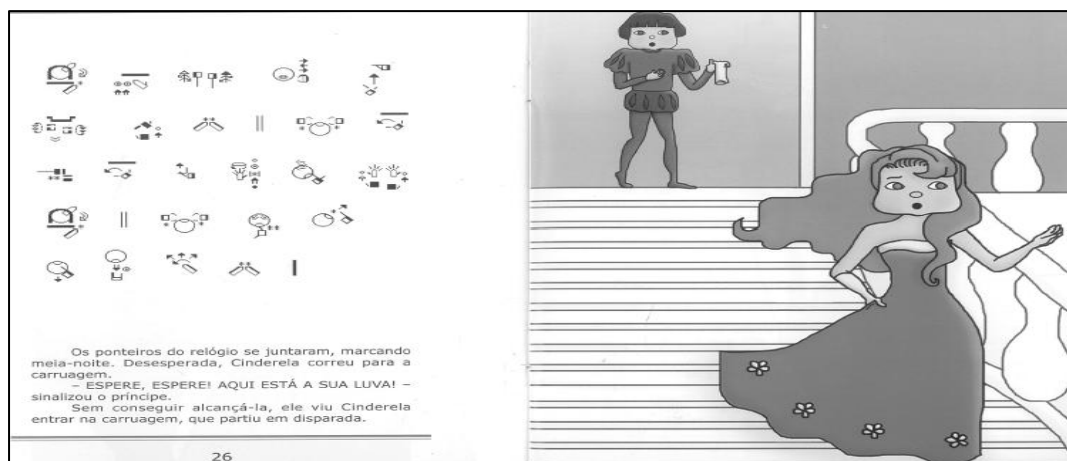
Figura: 06



Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

O trecho acima retrata o encontro entre a Cinderela e o príncipe, demonstrando o bem estar de ambos, partilhando a mesma singularidade e estabelecendo comunicação através da língua de sinais francesa.

Figura: 07



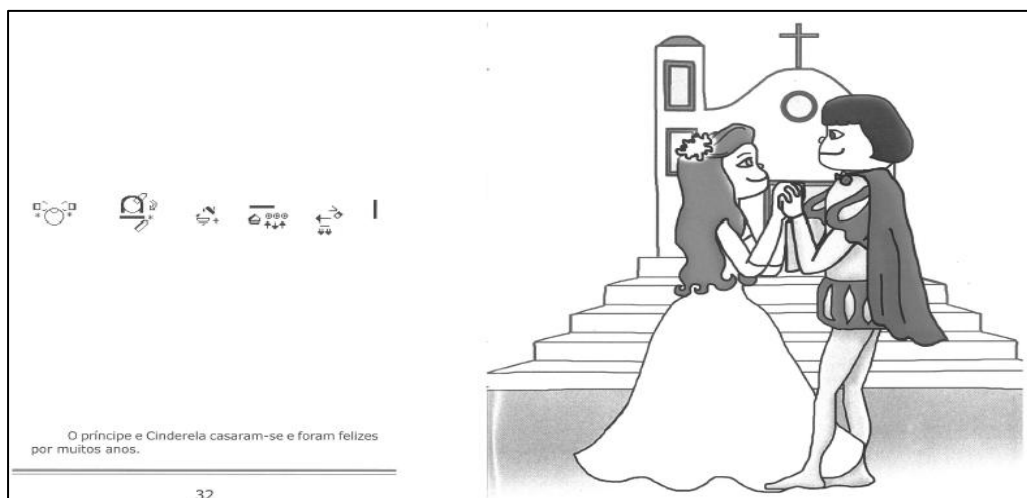
Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

Na versão mais famosa de Cinderela, escrita por Charles Perrault em 1697, no momento em que os ponteiros do relógio tocam a meia-noite, Cinderela deixa cair na escadaria o sapato de cristal enquanto se esforça, correndo, para deixar o castelo, antes que a mágica tivesse fim. Na versão tecida por Silveira; Karnopp e Rosa (2011), porém, Cinderela deixa cair a luva.

Esta situação remete a uma antiga prática: outrora, fora comum que, durante uma apresentação em LIBRAS, às pessoas trajassem preto e vestissem luvas brancas,

objetivando destacar as mãos. Hoje, entretanto, houve a extinção desta, uma vez que as luvas atrapalham a visualização correta dos sinais. Cabe ressaltar a expertise dos autores ao egerem as luvas como um símbolo cultural e identitário da protagonista do conto.

Figura: 08



Fonte: Karnopp, Rosa, Hessel (2011).

Não é por acaso que Strobel (2008, p.61) afirma:

Há reações emocionais dos sujeitos surdos que trazem padrões de comportamentos habituais do povo surdo que pode consistir em contatos íntimos entre os membros da comunidade surda, tais como as amizades, lealdades e casamentos entre eles.

Deste modo, o conto é encerrado com o casamento da Cinderela e do príncipe, semelhantemente a versão mais conhecida da história: *Cinderela surda* (2011). Neste tópico de discussão, o professor poderá falar sobre algumas particularidades dos surdos, como: a maneira de usar o despertador do celular, assistirem a televisão usando a ferramenta de legendas, brincadeiras próprias do povo surdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, apesar de ser considerada uma obra voltada ao público infantil, a leitura integral de *Cinderela surda* (2011) possibilita ao leitor um olhar múltiplo sobre a surdez e suas implicações na vida pessoal, social, familiar e amorosa da pessoa surda. Quando pensada sob a ótica histórica, a obra apresenta localização geográfica, contexto fundamentado e personalidades marcantes no itinerário da educação de surdos.

Guiada pelo docente de língua portuguesa, por meio da leitura do livro, a turma do quarto ano será guiada a enxergar as diferenças de forma empática e responsável, além do despertar da curiosidade por meio da acessibilidade linguística aos surdos e ouvintes, através das legendas em português e em escrita de sinais.

O professor de língua portuguesa considerará a habilidade EF15LP16, que prevê a leitura em parceria com colegas, mediada pelo professor e, posteriormente, autônoma, de textos narrativos, priorizando o gênero conto, nesta situação. Vale ressaltar que o professor, motivado por utilizar tal obra, ao priorizar discutir com a turma os tópicos elencados, fica livre para incluir informações e estratégias, a fim de aproximar-se o tanto quanto for possível do perfil da turma.

*Cinderela surda* (2011) poderá ser lida e discutida em outras turmas, não havendo a necessidade da matrícula de um aluno surdo, afinal, o respeito às diferenças deve ser um dos compromissos da escola, tanto no que tange ao ensino aos alunos, quanto nas práticas diárias.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. (2005) *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005, Seção 1, p. 28-29. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 20 abri. 2023.

BRASIL. (2002) *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 20 abri. 2023.

BRASIL. (2021). *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 20 abri. 2023.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Lamparina, 2023.

KARNOPP, Lodenir. *Literatura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MOURA, Maria Cecília. *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

SILVEIRA, Carolina Hessel; KARNOPP, Lodenir Becker; ROSA, Fabiano Souto. *Cinderela Surda*. 3. Ed. Canoas: ULBRA, 2011.

SKLIAR, Carlos (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos, MASSONE, María Ignacia, & VEINBERG, Silvana (1995). El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. *Infancia y Aprendizaje*, 2(69), 85-100. junho, 1995. Disponível em: <http://escritorioeducacionespecial.educ.ar/datos/recursos/pdf/skliar-massone-veinberg-acceso-ninos-sordos-al-bilinguismo-1995.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2023.

STROBEL, Karin. Os artefatos culturais do povo surdo. In: *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. Ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. P. 37-77.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4ª ed. Florianópolis: UFSC, 2018.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; CARVALHO, Paulo Vaz de; COELHO, Orquídea. A educação de surdos no Brasil no século XIX e o legado de países europeus. *Revista Educação em Questão*, v. 59, n. 59, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/23212/13715>. Acesso em: 20 de abril 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.